



Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - cmalegre@zaz.com.br



PROJETO DE LEI Nº 029/2022

Iniciativa: Poder Executivo Municipal

Assunto: Autoriza o Poder Executivo a proceder aquisição de bem imóvel.

PARECER JURÍDICO

Relatório:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Chefe do Poder Executivo, objetiva autorização para aquisição de um bem imóvel, assim descrito:

“01 (um) imóvel sito à Rua Olívio Correra Pedrosa, nesta cidade, medindo 4,20 de frente para Olívio Correra Pedrosa, 6,30 fundos onde divide com Ivanilde Dias, 28,10 do lado direito onde divide com o imóvel A e 30,55 do lado esquerdo onde divide com Jehovah Coelho Guimarães e Guimarães Café LTDA com área total de 200,54 (duzentos metros e cinquenta e quatro decímetros quadrado);

*AV.2-7171 feito em 02/09/1992, referente ao imóvel matriculado. Procede-se a esta averbação em virtude do requerimento que me foi dirigido por João Marcos Correa, com firma devidamente reconhecida, datado de 26/08/1992, instruído com uma certidão da Prefeitura Municipal desta cidade de nº 022/92, datada de 13/08/1992 e uma certidão do INSS nº 029540 CND Série C datada de 26/08/1992, cujos documentos ficam arquivados em Cartório, que o suplicante construiu no imóvel matriculado um prédio com dois pavimentos com as seguintes acomodações: **Primeiro Pavimento** – um hall sala de espera, duas salas (consultórios), dois banheiros, uma cozinha, uma claraboia e uma escada interna de acesso ao **Segundo Pavimento** que contém um hall social sala de espera, três salas (consultórios), quatro banheiros, a construção possui estrutura de concreto armado, paredes de tijolos, cobertura de laje com telhado, piso de cerâmica, com instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, com área construída de 328,40 m².”*

Na mensagem de justificativa consta que a aquisição do imóvel será instalada a Secretaria Executiva de Educação de Alegre/ES, que situa-se em local provisório e pagando aluguel, necessitando de um local próprio e com condições adequadas ao bom funcionamento da referida Secretaria.

E ainda, que “o imóvel que se pretende adquirir possui uma localização privilegiada, pois situa-se numa área central, o que facilitará as relações harmônicas internas e o acesso do público.”

Por fim, “sob o aspecto financeiro, cumpre ressaltar que a transação está sendo realizada com base no laudo de avaliação em anexo e de acordo com os parâmetros aferidos no mercado imobiliário local, o que confere transparência e lisura à presente iniciativa.”

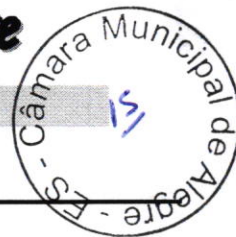
É o relatório.



Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - cmalegre@zaz.com.br



PARECER:

Inicialmente, com relação à redação e distribuição do texto, considero que proposição encontra-se dentro dos padrões exigidos pelas normas de técnica legislativa, não merecendo reparos.

De conformidade com o art. artigo 30, incisos I, da Constituição Federal, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local. No mesmo sentido, a Lei Orgânica Municipal atribui ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive quanto à administração e aquisição de bens (art. 8º, V e VI, da LOMA).

No que diz respeito à iniciativa, o projeto também apresenta-se revestido de regularidade, tendo em vista que o Chefe do Poder Executivo detém legitimidade privativa para legislar sobre matérias que versem sobre bens públicos e sua destinação, em razão da natureza das funções administrativa e organizacional que constitucionalmente lhes são reservadas, nos termos do art. 56, inciso II, art. 30, parágrafo único; e art. 84, incisos III e VI, da Lei Orgânica do Município.

Com relação à aquisição de bens imóveis por compra, o art. 32 da Orgânica do Município, exige prévia avaliação e autorização legislativa com quórum qualificado de dois terços dos Membros da Câmara, *"in verbis"*:

"Art. 32. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá sempre de prévia avaliação e autorização de dois terços dos membros da Câmara Municipal."

Pelo que consta dos autos, a proposição encontra-se devidamente acompanhada da regular avaliação prévia do imóvel realizada pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis (Portaria nº 4.264/2021), bem como do seu respectivo registro e matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca e planta de situação/implantação do mesmo, fazendo jus aos requisitos documentais e procedimentais comprobatórios.

Quanto à questão orçamentária, o projeto traz no seu bojo (art. 3º) que os recursos destinados ao pagamento serão consignados em dotações próprias, e a indicação expressa da previsão de dotação financeira-orçamentária para a execução do seu objeto no corpo da estimativa de impacto orçamentário-financeiro, o qual acompanha o projeto com a respectiva Declaração de Adequação Orçamentária, competindo à Comissão de Economia, Finanças, Fiscalização e Tomada de Contas, à análise de suas regularidades junto ao setor contábil deste Poder Legislativo.

Cabe ressaltar, que para aprovação do Projeto de Lei em referência, será necessário o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal, conforme dispositivo acima transcrito (art. 32, da LOMA).

No que tange ao mérito, ou seja, a verificação da existência de interesse público, esta Assessoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se, para tanto, as formalidades legais e regimentais.



Câmara Municipal de Alegre

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

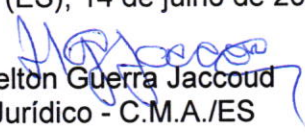
Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - cmalegre@zaz.com.br



Pelo exposto, considerando não haver qualquer mácula na proposição que possa inquiná-la de ilegal ou inconstitucional, manifesto pela tramitação do projeto de lei em epígrafe na forma regimental.

É o parecer, sub censura.

Alegre (ES), 14 de julho de 2022.


Helton Guerra Jaccoud
Jurídico - C.M.A./ES